

MPF não quer nova pista no aeroporto

Em recomendação ao Inema, órgão afirmou que obras vão comprometer dunas do Abaeté

RAYLLANNA LIMA
REPÓRTER

A implantação de uma segunda pista de pouso no Aeroporto Internacional de Salvador continua sendo mal vista pelo Ministério Público Federal na Bahia (MPF-BA), que determinou recentemente que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) não conceda licença ambiental para as obras.

A Vinci Airports, por sua vez, esclareceu à Tribuna da Bahia que, no momento, a construção de uma nova pista não é prioridade, mas que irá discutir com os órgãos competentes e a comunidade sobre as melhores soluções para a obra. A concessionária garantiu ainda que está "comprometida em respeitar os mais altos padrões ambientais".

A recomendação do MPF foi enviada para a diretoria geral do Inema no dia 24 de abril, mas só se tornou pública na última terça-feira (8). O documento pede que não seja concedida "qualquer tipo de licença ambiental para o início das obras". O órgão também pediu para ser notificado caso seja aberto "qualquer processo administrativo referente ao assunto".

O impedimento se dá porque, na análise da entidade, as obras irão afetar gravemente a área de preservação das lagoas e dunas do Abaeté, de acordo com a análise da procuradora da República, Flávia Galvão Arruti, que emitiu o ofício. "A implantação da segunda pista do aeroporto, nos termos em que está prevista, comprometerá entre 70% a 80% da área do Parque Metropolitano e Ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté - Parque das Dunas, sendo que a eventual área remanescente da unidade de conservação, após a mencionada obra civil, dificilmente conseguiria se manter em equilíbrio",

Foto: Romildo de Jesus



IMPACTO

A implantação da segunda pista vai comprometer a área do parque metropolitano, lagoas e dunas do Abaeté

alerta a procuradora.

O MPF esclarece ainda que, além da função ambiental de preservação da biodiversidade, do fluxo da fauna e da flora, do solo, da estabilidade geológica e do bem-estar das populações humanas, "existe também a importante função ambiental de

Durante essa obra, jamais foi elaborado, muito menos tornado público, o estudo ambiental que seria capaz de avaliar os impactos causados pela intervenção

preservação da paisagem".

A instituição já havia, em 2016, ajuizado uma ação (nº 0016233-42.2016.4.01.3300) contra a Infraero, antiga administradora, na primeira tentativa de ampliação do aeroporto, entre os anos de 1998 e 2002. "Durante essa obra, jamais foi elaborado, muito menos tornado público, o estudo ambiental que seria capaz de avaliar os impactos causados pela intervenção".

Conforme divulgou o MPF, no contrato realizado entre a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a concessionária que administra o aeroporto consta que a empresa deverá construir nova pista, paralela à existente para operação independente, quando o aeroporto atingir 130 mil movimentos anuais ou até 31 de dezembro de 2021.

Meio ambiente será respeitado

Procurada por nossa equipe de reportagem, a Vinci Airports informou que o Contrato de Concessão, com previsão para conclusão em outubro de 2019, prevê inicialmente a primeira fase de obras de renovação e ampliação do equipamento e, portanto, a construção de uma nova pista não é prioridade. Essa primeira etapa envolve obras de expansão e adequação da infraestrutura do aeroporto, além da expansão e modernização do terminal existente.

"Por não fazer parte da atual fase de obras, a construção de uma nova pista não é uma prioridade da Concessionária no curto prazo. Além disso, conforme previsto no Contrato de Concessão, a construção de uma segunda pista está associada a uma expansão de tráfego de 130 mil movimen-

tos anuais, que não tem prazo para ocorrer. Assim, teremos tempo para construir com as autoridades e a comunidade um diálogo aprofundado sobre as melhores soluções para a expansão da capacidade do aeroporto, em total transparência", diz a nota.

A concessionária do aeroporto de Salvador garante ainda que "está comprometida em respeitar os mais altos padrões ambientais, incluindo as devidas aprovações com os órgãos competentes e a implementação de uma avaliação completa de biodiversidade até 2020".

Por fim, a administradora ressaltou que "segue rigorosamente todas as normas vigentes em relação aos licenciamentos", conforme acordo firmado com a Anac.

Foto: Romildo de Jesus



MULTIDÃO

Quem deixou para última hora enfrentou quilômetros de fila

OUTUBRO

Quem não fez o recadastramento só vai poder se regularizar após as eleições

JORDÂNIA FREITAS
REPÓRTER

No último dia do prazo para regularizar a situação e atualizar os dados eleitorais, como o recadastramento biométrico, uma fila quilométrica se formou na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), no CAB, em Salvador. A fila ocupou o vago interno do órgão e contornou a área externa do prédio. Por realizar o atendimento por ordem de chegada e sem distribuição de senha, muita gente madrugou no local para ser atendido. O tempo de espera ultrapassou sete horas. Quem não fez o recadastramento terá o título cancelado e só poderá regularizar após as eleições, em outubro.

Foi o caso de Antônio Carlos Batista, de 41 anos.

Morador do bairro de Águas Claras, o vigilante usou seu dia de folga para resolver a pendência com a Justiça Eleitoral. Para tanto, chegou ao TRE por volta das 3h20 da madrugada, mesmo assim, já encontrou centenas de pessoas em sua frente. Às 11h, ele estava prestes a entrar no prédio para fazer o recadastramento biométrico em um dos 198 quichês.

"Eu achava que seria mais rápido, mas não foi. Tive que gastar e até alugar um banco. Mas graças a Deus eu estou perto de ir para casa nesse instante", disse o homem que pagou R\$ 5 pelo aluguel do assento.

Já atendente Sâmela Barbosa, de 29 anos, precisou faltar ao serviço para conseguir fazer a biometria. Com um guarda-chuva nas mãos para se proteger do sol e da chuva, a vendedora

avaliou a espera na fila como "terrível" e disse que não deveria haver prazo para fazer o procedimento. "Não tem necessidade de impor tempo nem limite para fazer o recadastramento. Se as pessoas não vêm antes, o problema é tempo. Nem todo mundo tem tempo", pontuou.

De acordo com TRE até a última quinta-feira (3), dos 10.216.322 eleitores aptos a realizar a biometria no estado, 3.665.012 ainda não tinham sido biometrizados.

CANCELAMENTO

Quem teve o título cancelado fica impossibilitado de obter passaporte ou carteira de identidade, renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo, tomar posse em concurso público, entre outras penalidades.

INTERIOR

Rui autoriza sistema adutor de água de R\$ 25 mi no centro-norte

O centro-norte da Bahia é o foco da agenda do governador Rui Costa, durante toda esta quarta-feira (9). O gestor iniciou as atividades pelo município de Mairi, no período da manhã, beneficiando os segmentos de saúde, infraestrutura, abastecimento de água e agricultura familiar. Pela tarde, Rui seguiu para Capim Grosso, onde autorizou a realização de novos serviços, entre outras ações, no município, que comemora 33 anos de emancipação política.

No primeiro momento da agenda, o governador autorizou o início das obras para a construção do sistema adutor de interligação das águas da barragem de Ponto Novo à barragem de Pedras Altas. A adutora de água bruta irá contar com 43,5 quilômetros de extensão, alcançando aproximadamente 200 mil pessoas de 24 municípios da região, sendo Mairi um deles. A obra contará com um investimento de R\$ 25,9 milhões.

"Essa região em que Mairi está localizada é uma das mais frágeis do ponto de vista de abastecimento de água, pois não tem um manancial perene. Mas nossa prioridade é buscar alternativas, por isso esse investimento nessa obra inovadora, que é a ligação entre duas barragens, a de Ponto Novo e de Pedras Altas. Quando estiver sobrando água em uma das duas, será bombeada para outra, impedindo que falte água para o povo", explicou Rui.

O secretário estadual de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (Sihs), Cássio Peixoto, destacou que a cada autorização e entrega de obras, a Bahia avança no acesso à água e, consequentemente, à saúde. "Esta é uma obra que garante, acima de tudo, para a região, a segurança hídrica tão desejada. Mais água e mais saúde, dando continuidade a uma das plataformas mais importantes do governo", afirmou Cássio.

ESTRADA

Mais uma estrada recuperada foi entregue para a população. Nesta quarta, foi a vez do trecho da rodovia entre Mairi e a BA-131, com mais de 1,1 quilômetro, ser inaugurado, totalmente pavimentado. A melhoria garante mais rapidez e conforto, principalmente, para os cerca de 86 mil habitantes de Mairi e Itaberaba. Na obra, foram aplicados R\$ 1,25 milhão.

AGRICULTURA FAMILIAR

Ainda no município de Mairi, Rui Costa liberou o edital para a construção do novo Mercado Municipal, com uma área coberta de quase dois mil metros quadrados. A estrutura será composta por 51 boxes, duas lojas, depósitos, sanitários, área coberta destinada para feira livre, plataforma para acessibilidade, circulação interna, instalações elétricas e hidrossanitária. Mais de R\$ 1 milhão serão aplicados.